



Candidatura ao Concurso para provimento do lugar de Director

Projecto de Intervenção no Agrupamento

Anos Lectivos 2009/10 a 2012/13

António Manuel Marques do Amaral

Professor Titular do Departamento de Matemática e Ciências Experimentais

do

Agrupamento Vertical de Escolas da Sé

Junho de 2009

Índice

INTRODUÇÃO	3
IDENTIFICAÇÃO DE PROBLEMAS E LIMITAÇÕES	6
LIMITAÇÕES	6
PROBLEMAS	6
<i>Dimensão Curricular</i>	6
<i>Dimensão Psicossocial</i>	7
<i>Dimensão Ecológica</i>	7
<i>Dimensão Organizacional</i>	8
PRIORIDADES	8
DEFINIÇÃO DE OBJECTIVOS E ESTRATÉGIAS	9
LINHAS ORIENTADORAS	9
OBJECTIVOS	10
ESTRATÉGIAS	11
<i>No âmbito da promoção do sucesso educativo</i>	11
Professores	11
Alunos	12
Família	13
Educação Especial	14
<i>No âmbito da valorização sociocultural e oferta educativa</i>	14
Actividades de Enriquecimento Curricular	14
Prolongamento de horário	14
Acção social escolar	15
Centros de Recursos	15
Actividades de enriquecimento e complemento curricular	15
Associação de Estudantes	16
Ofertas curriculares diferenciadas	16
Cursos de Educação e Formação	16
Cursos Profissionais	16
Educação e Formação de Adultos	16
Cursos EFA	16
Centro Novas Oportunidades	16
<i>No âmbito da visibilidade do trabalho realizado</i>	17
<i>No âmbito da participação da comunidade na vida da escola e da ligação entre elas</i>	17
<i>No âmbito da criação de parcerias</i>	18

<i>No âmbito da avaliação da escola</i>	<i>18</i>
Auto-avaliação dos resultados escolares	18
Efectividade da auto-avaliação na melhoria do desempenho global.....	19
Observatório de Qualidade	20
<i>No âmbito da autonomia</i>	<i>20</i>
<i>No âmbito da organização e funcionamento.....</i>	<i>20</i>
Agilização de procedimentos funcionais e administrativos.....	20
Permutas e substituições	20
Serviços Administrativos e Pessoal Auxiliar	20
Serviços Administrativos	21
Pessoal Auxiliar de Acção Educativa	21
Serviços de apoio.....	21
Serviço de Psicologia e Orientação	21
<i>No âmbito dos espaços, instalações, bem-estar, saúde e segurança</i>	<i>21</i>
Insuficiência de instalações.....	21
Melhoria dos espaços, instalações e equipamentos	22
Segurança	22
Segurança alimentar	23
Saúde.....	23
Educação para a Saúde.....	23
<i>No âmbito da renovação tecnológica.....</i>	<i>24</i>
PROGRAMAÇÃO DAS ACTIVIDADES A REALIZAR	25

Introdução

As escolas são estabelecimentos aos quais está confiada uma missão de serviço público, que consiste em dotar todos e cada um dos cidadãos das competências e conhecimentos que lhes permitam explorar plenamente as suas capacidades, integrar-se activamente na sociedade e dar um contributo para a vida económica, social e cultural do País. É para responder a essa missão em condições de qualidade e equidade, da forma mais eficaz e eficiente possível, que deve organizar-se a governação das escolas.

... Em primeiro lugar, trata-se de reforçar a participação das famílias e comunidades na direcção estratégica dos estabelecimentos de ensino. É indispensável promover a abertura das escolas ao exterior e a sua integração nas comunidades locais. Para tanto, torna-se necessário assegurar não apenas os direitos de participação dos agentes do processo educativo, designadamente do pessoal docente, mas também a efectiva capacidade de intervenção de todos os que mantêm um interesse legítimo na actividade e na vida de cada escola. Uma tal intervenção constitui também um primeiro nível, mais directo e imediato, de prestação de contas da escola relativamente àqueles que serve.

Este objectivo é concretizado, no presente decreto-lei, através da instituição de um órgão de direcção estratégica em que têm representação o pessoal docente e não docente, os pais e encarregados de educação (e também os alunos, no caso dos adultos e do ensino secundário), as autarquias e a comunidade local, nomeadamente representantes de instituições, organizações e actividades económicas, sociais, culturais e científicas.

A este órgão colegial de direcção — designado conselho geral — cabe a aprovação das regras fundamentais de funcionamento da escola (regulamento interno), as decisões estratégicas e de planeamento (projecto educativo, plano de actividades) e o acompanhamento da sua concretização (relatório anual de actividades).

Além disso, confia-se a este órgão a capacidade de eleger e destituir o director, que por conseguinte lhe tem de prestar contas.

... Em segundo lugar, com este decreto-lei, procura-se reforçar as lideranças das escolas, o que constitui reconhecidamente uma das mais necessárias medidas de reorganização do regime de administração escolar. Sob o regime até agora em vigor, emergiram boas lideranças e até lideranças fortes e existem até alguns casos assinaláveis de dinamismo e continuidade. Contudo, esse enquadramento legal em nada favorecia a emergência e muito menos a disseminação desses casos. Impunha-se, por isso, criar condições para que se afirmem boas lideranças e lideranças eficazes, para que em cada escola exista um rosto, um primeiro responsável, dotado da autoridade necessária para desenvolver o projecto educativo da escola e executar localmente as medidas de política educativa. A esse primeiro responsável poderão assim ser assacadas as responsabilidades pela prestação do serviço público de educação e pela gestão dos recursos públicos postos à sua disposição.

Este objectivo concretiza-se no presente decreto-lei pela criação do cargo de director, coadjuvado por um subdirector e um pequeno número de adjuntos, mas constituindo um órgão unipessoal e não um órgão colegial.

... Finalmente, o presente decreto-lei corresponde a um terceiro objectivo: o reforço da autonomia das escolas. A necessidade de reforçar a autonomia das escolas tem sido reclamada por todos os sectores de opinião. A esta retórica, porém, não têm correspondido propostas substantivas, nomeadamente no que se refere à identificação das competências da administração educativa que devem ser transferidas para as escolas.

Convém considerar que a autonomia constitui não um princípio abstracto ou um valor absoluto, mas um valor instrumental, o que significa que do reforço da autonomia das escolas tem de resultar uma melhoria do serviço público de educação. É necessário, por conseguinte, criar as condições para que isso se possa verificar, conferindo maior capacidade de intervenção ao órgão de gestão e administração, o director, e instituindo um regime de avaliação e de prestação de contas. A maior autonomia tem de corresponder maior responsabilidade.

A prestação de contas organiza-se, por um lado, de forma mais imediata, pela participação determinante dos interessados e da comunidade no órgão de direcção estratégica e na escolha do director e, por outro lado, pelo desenvolvimento de um sistema de auto-avaliação e avaliação externa. Só com estas duas condições preenchidas é possível avançar de forma sustentada para o reforço da autonomia das escolas.

Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril

Para o sucesso da missão de serviço público confiada à escola, a sua governação deve organizar-se partindo da sua experiência, do trabalho relevante já realizado e, simultaneamente, da identificação dos seus pontos mais fracos, buscando soluções na definição de metas prioritárias, mas mantendo-se, no entanto, aberta a outros projectos que possam surgir. Essa governação deve também assumir carácter de compromisso com todos os que mantêm um interesse legítimo na actividade e na vida da escola, procurando implicá-los de forma activa na concretização dessa missão.

A constituição em agrupamento de escolas cria condições para um trabalho de maior coerência e articulação ao longo de todo o percurso escolar dos alunos. A estas condições deve-se responder aumentando as exigências, definindo como meta o sucesso de todos os alunos nos vários domínios: pessoal, social, cultural e curricular, que se consideram indissociáveis para o sucesso da missão de serviço público confiada à escola.

O desejado sucesso assenta, necessariamente, no empenho e na implicação de quatro interlocutores – escola, aluno, família e comunidade – para a sua concretização, tornando-se necessário alterar e aperfeiçoar metodologias de intervenção que possam contribuir para a mudança de comportamentos desadequados, para a diminuição dos níveis de desmotivação e de algum desinvestimento na educação dos jovens.

Por esta razão, a organização da escola deve:

- centrar-se na promoção do sucesso para todos;
- promover a valorização sociocultural da escola;
- fomentar o empenho e a implicação dos seus interlocutores;
- procurar dar visibilidade ao trabalho realizado;
- envolver um número crescente de parceiros;
- promover a sua avaliação.

Assim, no cumprimento do estabelecido no n.º 3 do artigo 6.º da Portaria n.º 604/2008, de 9 de Julho, passo a apresentar o Projecto de Intervenção no Agrupamento, que se consubstancia na identificação dos problemas, na definição dos objectivos e estratégias, bem como na programação de actividades que me proponho levar a cabo no mandato, sem prejuízo das competências dos demais órgãos consignadas na lei e em comunhão com os princípios e valores orientadores do seu Projecto Educativo.

Este projecto de intervenção resulta da identificação de problemas e limitações detectados, feita com base na análise do Projecto Educativo, de relatórios decorrentes de actividades inspectivas desenvolvidas pela IGE e da visão e conhecimento que possuo da Escola, através da experiência acumulada de vinte e dois anos e, mais recentemente, do Agrupamento nestes quase seus dois anos de vida, tendo em conta o expressivo trabalho já efectuado e as metas estabelecidas nos anos mais recentes.

Identificação de Problemas e Limitações

Nesta fase de identificação de problemas optou-se por agrupá-los nas dimensões estabelecidas nos mais recentes Projectos Educativos, sem prejuízo de uma diferente associação quando se apresentarem estratégias no sentido da sua superação.

Limitações

- Falta de, pelo menos, dois laboratórios para o desenvolvimento curricular das ciências experimentais, nos diferentes ciclos de ensino;
- Insuficientes instalações para a prática da disciplina de Educação Física e necessidade de criar mecanismos de renovação de ar nos balneários;
- Inexistência de uma sala específica para a disciplina de Educação Musical;
- Insuficiência de instalações adequadas para acolher o número actual de turmas na escola sede do agrupamento;
- Falta de espaços adequados para a instalação do Centro Novas Oportunidades;
- Falta de espaços condignos para atendimento aos encarregados de educação;
- Subaproveitamento da Oficina de Mecanotecnia e respectivos equipamentos;
- Insuficientes espaços físicos e temporais para o desenvolvimento de trabalho colaborativo que se ajustem aos horários de trabalho dos docentes;
- Falta de psicólogo escolar e demais técnicos;
- Reduzida autonomia face ao poder centralizado do Ministério da Educação.

Problemas

Dimensão Curricular

- Insuficiente qualidade do sucesso educativo no ensino secundário;
- Insuficiente domínio da língua portuguesa/falta de sensibilidade para adequar o nível de expressão a cada contexto;
- Reduzidas expectativas quanto à capacidade de aprendizagem;

- Falta de *feedback* por parte dos pais/encarregados de educação face ao desenvolvimento do currículo;
- Reduzida identificação dos alunos com os currículos;
- Insuficiente articulação entre ciclos de ensino no agrupamento;
- Pouca evidência de articulação interdepartamental;
- Ausência formal de planos de desenvolvimento para os alunos que revelem capacidades excepcionais de aprendizagem em determinadas áreas curriculares ou áreas do saber;
- Insuficiente difusão da modalidade de avaliação diagnóstica;
- Insuficiente primado da modalidade de avaliação formativa;
- Incipiente definição de critérios de avaliação, após análise e negociação, para as modalidades de avaliação diagnóstica e formativa.

Dimensão Psicossocial

- Algum absentismo e abandono escolar;
- Enclausuramento em estreitas fronteiras culturais;
- Pouca implicação dos alunos no seu processo de aprendizagem;
- Alheamento de alguns alunos em iniciativas realizadas no âmbito dos clubes e projectos existentes;
- Pouco envolvimento e interacção entre a família e a escola;
- Insuficiente interiorização de regras e valores adequadas ao espaço escolar;
- Insuficiente conhecimento das situações no âmbito da Acção Social Escolar relativamente aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico.

Dimensão Ecológica

- Subvalorização sociocultural da Escola;
- Insuficiente articulação e cooperação entre os diferentes estabelecimentos de ensino quer locais, quer de outras regiões ou de outros graus de ensino;
- Fraco envolvimento da comunidade local na vida da escola;
- Página da Escola/Agrupamento a necessitar de algumas remodelações;
- Insuficiente acompanhamento e supervisão dos alunos no período de almoço, dentro das instalações escolares e nos espaços exteriores;
- Alguns espaços interiores e exteriores a necessitarem de melhoramentos;
- Incompleta implementação do Sistema Preventivo de Controlo de Segurança Alimentar – HACCP – no refeitório e bar;
- Insuficiente formação em segurança escolar e ausência de simulações no âmbito dos Planos de Emergência e de Evacuação existentes.

Dimensão Organizacional

- Insuficiente participação efectiva dos alunos na vida escolar;
- Défice de envolvimento dos Pais no acompanhamento da vida escolar;
- Operacionalização limitada dos dados relativos ao sucesso escolar com vista à adopção de metodologias de diferenciação pedagógica/planos de desenvolvimento;
- Intermitência de grupo de reflexão/avaliação que congregue as várias formas de auto-avaliação instituídas, facilitando a articulação e o conhecimento das opiniões dos interessados e da qualidade do serviço prestado;
- Insuficiente recolha sistemática de opiniões das partes interessadas, que se constituam promotoras de melhoria do desempenho dos docentes e não docentes;
- Insuficiente formulação de padrões de qualidade claros e amplamente consensuais que permitam assegurar de um modo mais consistente um desempenho de elevada qualidade,
- Deficiente agilização de procedimentos administrativos e funcionais.

Prioridades

- Articulação vertical dos currículos dos diferentes ciclos de escolaridade;
- Incremento e generalização, no âmbito dos Projectos Curriculares de Turma, de estratégias de diferenciação pedagógica com base num trabalho plural e partilhado;
- Aposta na qualidade das aprendizagens e melhoria do desempenho dos alunos nalgumas disciplinas (Língua Portuguesa, Línguas Estrangeiras, Matemática e Física-Química);
- Desenvolvimento de acções de formação de carácter prático (TIC, Ensino Experimental, Ensino Experimental das Ciências, Matemática, Língua Portuguesa, Educação Especial, Área de Projecto, ...);
- Incremento da análise comparativa entre os resultados obtidos pelos alunos do 3.º ciclo e do ensino secundário na avaliação sumativa interna e na sumativa externa, por turma;
- Melhoria do apoio aos alunos para a transição para a vida activa e no prosseguimento de estudos, nos ensinos secundário e superior;
- Criação de uma equipa de avaliação interna;
- Colaboração e incentivo ao dinamismo da Associação de Estudantes;
- Incentivo e ajuda para criar uma Associação de Pais e Encarregados de Educação;
- Incremento de novas parcerias e protocolos com organizações, tais como associações, autoridades locais/regionais e empresas, de forma a permitir uma intervenção de natureza multidimensional;
- Estímulo de oportunidades de convivência tolerante e saudável entre todos, envolvendo a comunidade educativa na concertação de atitudes e valores dentro do espaço escolar;
- Valorização, rentabilização e modernização dos recursos existentes;
- Ampliação da abrangência do Manual de Procedimentos que, sendo orientador de toda a actividade a desenvolver pelos funcionários, torne mais eficientes os procedimentos e sistemas de controlo interno;
- Melhoria da articulação entre o Projecto Educativo, o Plano Anual de Actividades e o Orçamento.

Definição de objectivos e estratégias

Diz-se que havia uma carpintaria onde as ferramentas se reuniram para resolver os seus problemas. Inicialmente, esta peculiar assembleia foi presidida pelo martelo, mas rapidamente os restantes membros o informaram que era melhor que ele resignasse pois fazia demasiado barulho com as marteladas. O martelo aceitou o reparo, mas insurgiu-se contra o assumir da presidência pelo parafuso, pois achava que este os faria dar muitas voltas e tornaria a reunião muito aborrecida.

O parafuso e as várias porcas aceitaram a crítica, mas protestaram contra a lixa tomar conta da reunião, pois criaria demasiadas fricções devido à sua aspereza de tratamento.

A lixa aceitou a crítica, sob a condição que não fosse substituída pelo metro, que passava a vida a medir toda a gente segundo os seus padrões, como se ele fosse o único a ser perfeito.

Estavam eles nisto quando entrou o carpinteiro, vestiu o avental e se lançou ao trabalho, usando o martelo, a lixa, o metro e o parafuso até a tosca tábua de madeira se transformar num móvel tão útil como belo.

Quando a calma voltou a cair sobre a carpintaria, a assembleia reuniu-se para deliberar. Nessa altura tomou a palavra o serrote, que disse: "Excelentíssimos Senhores, ficou demonstrado que todos temos defeitos, mas é com as nossas qualidades que o carpinteiro trabalha e são elas que nos dão valor. Por isso, não pensemos mais nos aspectos negativos que vemos uns nos outros e usemos cada qual as nossas capacidades tal como o carpinteiro as usa".

A assembleia concluiu então que o martelo era forte, o parafuso unia e dava força, a lixa tinha talento para afinar e limar rugosidades e verificou-se que o metro era preciso e exacto. Nessa altura sentiram que eram uma equipa capaz de produzir móveis de qualidade e todos se sentiram orgulhosos das suas capacidades e de trabalhar juntos. A partir de então, cada um preocupou-se em ser o melhor que podia dentro da sua especialidade.

(Conto anónimo, citado por Miguel Santos Guerra)
Extraído do *Correio da Educação*, n.º 209 – CRIAP-ASA

Linhas orientadoras

Nesta linha de pensamento, pretende-se que a Escola (entenda-se, o agrupamento de escolas), tal como a carpintaria, seja um espaço que estimule a participação e o empenho dos seus interlocutores – escola, aluno, família e comunidade –, tornando-se cada vez mais pertinente a necessidade de assumir a liderança como uma tarefa (com)partilhada por todos, de forma a catapultá-la para uma vivência mais plena de valores e imbuída de espírito de missão.

É por isso mesmo que, ao nível do primeiro interlocutor, grande parte da estratégia deve ser pautada, não apenas pelo imediato e pelo interlocutor mais próximo, mas também por uma visão a maior prazo, potencializando-se, sobretudo, as relações interpessoais já granjeadas e enfatizando-se, ainda, a angariação duma maior participação e empenho da família e da comunidade, a par duma maior abertura ao exterior que se exprima pela cooperação com mais elevado número de parceiros.

Mas... para isso é preciso encarar a realidade envolvente como um conjunto de oportunidades de mudança e ter o desejo e a energia para produzir, continuando a transformar os obstáculos em estímulos e a reavivar a motivação, a esperança e o optimismo, e agindo em torno de linhas orientadoras claramente assumidas:

- ao nível da visão e missão da Escola:
 - Partilhada por todos;
 - Percebida como significativa para todos.
- ao nível da cultura escolar:
 - Igualdade de oportunidades para todos;
 - Participativa e colaborativa, em ambiente de espírito crítico e construtivo;
 - Atitudes promotoras de gerar afectos e manter intercâmbios sinceros.
- ao nível da estrutura organizativa da Escola:
 - Tomada de decisões oportunas, transparentes, competentes e responsáveis;
 - Serviço público de qualidade;
 - Primazia de critérios de natureza pedagógica.

E se todos, mas mesmo todos, cada um “dentro da sua especialidade”, conseguirmos “trabalhar juntos” e contribuir para a constituição “de uma equipa capaz de produzir móveis de qualidade”, ter-se-á encontrado a direcção certa para alcançar o cumprimento da missão de serviço público confiada à escola.

Objectivos

Assim, no sentido do desenvolvimento dessa acção concertada e empenhada, alicerçada nos princípios e valores orientadores e dirigida à consecução dos objectivos e metas consignadas no Projecto Educativo, propõem-se os seguintes objectivos estratégicos, como intenções mais amplas desses desígnios:

- Promover o sucesso para todos;
- Promover a valorização sociocultural da Escola;
- Fomentar o empenho e a implicação dos seus interlocutores;
- Dar visibilidade ao trabalho realizado;
- Envolver um número crescente de parceiros;
- Promover a avaliação da Escola;
- Construir um espaço de autonomia participada;
- Dinamizar e incrementar a participação e a ligação entre a Escola e a Comunidade;

- Reforçar a segurança e bem-estar da comunidade educativa;
- Valorizar e rentabilizar os recursos decorrentes da renovação tecnológica da Escola.

Estratégias

No âmbito da promoção do sucesso educativo

O grande esforço de mudança da atitude dos alunos em relação às aprendizagens tem sido feito pelos professores. Afirmando, permanentemente, a importância do saber, exigindo (e incentivando) cada vez mais que os nossos alunos e as suas famílias assumam as suas responsabilidades e correspondam aos investimentos feitos na Educação, e, simultaneamente, promovendo uma pedagogia de sucesso, capaz de fazer surgir o prazer de aprender, estaremos a contribuir para alterações no contexto em que actualmente continuamos a trabalhar.

Professores

Conscientes de que devemos combater, sistematicamente, a tendência para a instalação de práticas rotineiras, acreditamos no princípio de que qualquer trabalho intelectual obriga a permanente reflexão e capacidade de auto-crítica. Esta atitude de flexibilidade, capaz de, permanentemente, nos forçar a questionarmo-nos sobre o trabalho que desenvolvemos, aliada à necessária capacidade de persistência que o processo educativo implica, será, também, um importante contributo para a indispensável motivação dos nossos alunos, permitindo-lhes alcançar o sucesso gerador de novos sucessos.

É com este espírito que se propõe:

- Aprofundar o trabalho cooperativo, horizontal (por ano de escolaridade) e verticalmente (na sequencialidade das aprendizagens, do ensino pré-escolar ao 12.º ano de escolaridade) com o objectivo de partilhar experiências e se encontrar as melhores formas de promoção do sucesso;
- Aprofundar a cooperação e o trabalho de equipa, necessário à reflexão conjunta, à troca de experiências, à planificação e à avaliação;
- Promover/propor acções de formação que possam contribuir para actualizar saberes e reflectir sobre o trabalho que se desenvolve, constituindo-se, para tal, painéis de actores como forma de promover o debate entre parceiros;
- Criar condições para que a continuidade pedagógica seja cada vez mais efectiva e eficaz;
- Proporcionar ambientes educativos favorecedores da criação de aprendizagens autónomas que permitam, às crianças, observar, comunicar, experimentar, de modo a desenvolver competências de “aprender a aprender”;
- Garantir a igualdade de oportunidades do sucesso escolar através de medidas que contribuam para resolver problemas de integração escolar e dificuldades específicas de aprendizagem;
- Respeitar os diferentes ritmos de aprendizagem de cada aluno, ainda que condicionando o cumprimento de programas (sem prejuízo das competências finais de ciclo ou da disciplina) ao indispensável desenvolvimento das suas competências;
- Estabelecer Projectos Curriculares de Turma, elaborados com base num trabalho plural e partilhado e de acordo com os interesses da turma, que reflectam as diferenças e que incluam estratégias de recuperação para os alunos com maiores dificuldades;

- Implementar Projectos Curriculares de Turma articulados com as actividades de complemento curricular, com o Projecto Curricular de Escola e com o Plano Anual de actividades, fazendo o seu acompanhamento e avaliação;
- Reunir os Conselhos de Turma com a frequência necessária para a redefinição de estratégias e das necessárias alterações ao Projecto Curricular de Turma;
- Valorizar e dar espaço à comunicação, tendo presente que o correcto domínio da Língua Portuguesa é factor fundamental da inclusão social, contribuindo decisivamente para o sucesso ao longo da vida;
- Promover iniciativas facilitadoras da aprendizagem e tendentes à melhoria dos resultados escolares dos alunos, à semelhança do Projecto FQ⁺ iniciado no presente ano lectivo no âmbito da disciplina de Física e Química A;
- Diagnosticar, precocemente, dificuldades de aprendizagem e assegurar os meios de as eliminar ou minimizar;
- Valorizar e dar maior espaço à modalidade de avaliação formativa;
- Divulgar, junto de toda a Comunidade Educativa, trabalhos realizados, inclusivamente com recurso à Página da Escola na Internet, ao Serviço de Blogues, à edição online do Jornal Escola Aberta ou outros disponíveis;
- Premiar os alunos com desempenho excelente e criar condições para que os outros os vejam como referências;
- Valorizar a Educação para a Cidadania, visando desenvolver o conhecimento, a compreensão, as capacidades, as atitudes e os valores que ajudem os jovens a:
 - desempenhar um papel activo na comunidade (local, nacional e internacional);
 - estar informados e conscientes dos seus direitos, responsabilidades e deveres;
 - compreender que se pode ter influência e marcar a diferença na respectiva comunidade de pertença.
- Ajudar os alunos a definirem um projecto de vida que se adequa aos seus interesses e capacidades;
- Aplicar acções de tutoria em alunos com percursos escolares e familiares a necessitarem de enquadramento escolar;
- Propor metodologias, em colaboração com o SPO disponível, o GAAF e Conselho de Directores de Turma, que permitam acompanhar/orientar o percurso dos alunos, nomeadamente na transição para a vida activa e no prosseguimento de estudos nos ensinos secundário e superior;
- Definir estratégias que permitam que as Actividades de Substituição contribuam para melhorar os hábitos de trabalho e sucesso dos alunos;
- Criar condições para desenvolver metodologias de trabalho com recurso à experimentação, quer melhorando os recursos existentes na Escola, quer estabelecendo protocolos de cooperação com Universidades e Centros de Investigação.
- Combater a info-exclusão, continuando e alargando o trabalho de difusão e utilização das TIC;
- Aprofundar a reflexão sobre o papel das Áreas Curriculares não Disciplinares e formas de organização, promovendo a interdisciplinaridade.

Alunos

Devem, progressivamente, assumir a co-responsabilidade da sua formação, desenvolvendo capacidade de autonomia e auto-avaliação. Assim, desde o início da sua escolaridade, propõe-se que sejam:

- Ajudados a “crescer” em todas as dimensões, melhorando o seu sentido de responsabilidade, cooperação, solidariedade e respeito pelos outros, interiorizando, ainda, regras e valores adequados ao espaço escolar;

- Confrontados com tarefas que se adequem às suas competências e em relação às quais terão de responder positivamente, mesmo que esta situação implique mais tempo do que o inicialmente previsto ou dispendido pelos outros colegas;
- Estimulados a prosseguir, existindo por parte dos educadores/professores uma atitude de crédito nas suas capacidades;
- Reforçadas a exigência no cumprimento de tarefas, a pontualidade e a assiduidade;
- Estimulados para desenvolverem actividades de escrita e leitura, aderindo aos programas de índole nacional e promovendo a criação de jornais de turma, ou artigos para o jornal do agrupamento, a troca de correspondência com turmas de outras escolas e a criação de páginas de internet, com o trabalho que se vai desenvolvendo;
- Confrontados com recursos promovidos pelos docentes na plataforma Moodle, como estratégia de reforço do processo de ensino e aprendizagem;
- Incentivados a participar nas actividades culturais e desportivas da escola, visando o seu desenvolvimento integral e a educação para a saúde, valorizando as aprendizagens sociais e relacionais e o exercício responsável da cidadania.

Família

São frequentes as queixas de desinvestimento por parte das famílias, despreocupação em relação ao sucesso educativo dos seus educandos e ausência de acompanhamento do trabalho destes. Estas atitudes dos pais reflectem, por um lado, a descredibilização da escola a quem é conferido pouco valor e, por outro, a crescente responsabilização atribuída à escola relativamente à educação das crianças e jovens. A estes factores junta-se, no caso da nossa Comunidade Educativa, a pouca escolarização dos pais da generalidade dos nossos alunos que, por isso, têm dificuldade em assumir o seu papel de principais responsáveis pela educação dos seus filhos.

Propõe-se dar continuidade ao trabalho já feito e reforçar práticas que ajudem a melhorar a colaboração das famílias, nomeadamente:

- Contactos frequentes entre a Escola (representada pelo Director de Turma ou Professor Titular) e os Pais, abordando o papel que estes devem assumir, em colaboração com esta, na:
 - Criação de hábitos de organização dos seus filhos, nomeadamente: material escolar, realização de tarefas, pontualidade, assiduidade, higiene, alimentação, saúde, ...;
 - Interiorização de deveres de cidadania, nomeadamente o respeito nas relações inter-pessoais e na utilização dos espaços comuns;
 - Prevenção de comportamentos desviantes e/ou de risco, melhorando o acompanhamento e diálogo com os seus filhos.
- Oferta de horários de atendimento de DT mais compatíveis com os horários de trabalho das famílias, facilitando também encontros pós-laborais e promovendo os contactos por telefone e telemóvel, a par das comunicações pela caderneta escolar;
- Presença em situações informais, nomeadamente, almoços de turma, comemorações, apresentação de trabalhos/actividades, ou outras mais formais, como por exemplo, actividades no âmbito da Formação Cívica, Visitas de Estudo, divulgação de aspectos da cultura dos países de onde são naturais, ...;
- Informação, através da Página na Internet, do Projecto Curricular de Turma, planificações de trabalho, critérios de avaliação, visitas de estudo, publicação de trabalhos e actividades realizadas pelos alunos;
- Dinamização dos pais para que colaborem nesta página (ou Blogue da Turma), devendo ser criado um espaço para comentários/sugestões;
- Valorização dos saberes da família e da afectividade, convidando os pais a participarem em actividades na escola;

- Incentivo dos pais à criação de uma Associação de Pais e Encarregados de Educação, oferecendo ajuda nessa tarefa;
- Oferta dos serviços do Gabinete de Saúde e do Gabinete de Apoio ao Aluno e Família, que promovem a articulação entre os diferentes parceiros que intervêm na nossa comunidade e desenvolvem estratégias de intervenção que contribuem para o sucesso educativo, ajudando as famílias a melhorar a sua organização e tornando-as mais aptas para colaborar na promoção do sucesso educativo dos seus filhos;
- Incentivo aos pais para a elevação dos seus níveis de qualificação de base, dando-lhes a conhecer o Centro Novas Oportunidades da Escola.

Educação Especial

No âmbito da monitorização e da organização e funcionamento da Educação Especial, será de manter o Projecto de Cooperação do Agrupamento com as Instituições de Educação Especial, nomeadamente com a APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Vila Real – Sabrosa, que abrange actualmente 21 discentes, com particular actuação relativamente à Unidade de Multideficiência.

O Projecto “Cooperar para Integrar” deverá centrar-se nas seguintes áreas de intervenção:

- O apoio à avaliação especializada das crianças e jovens com NEE, de carácter permanente;
- O desenvolvimento de respostas educativas no âmbito da Educação Especial (Terapias, Acompanhamento Psicológico e Ensino do Braille);
- O apoio à transição das crianças e jovens para a escola e para a vida pós-escolar;
- O desenvolvimento de acções de apoio à família, nomeadamente à habilitação de competências para lidarem com os filhos;
- A produção de materiais com conteúdos de apoio aos currículos em formatos acessíveis.

Para lá disso, deverá continuar-se a diligenciar no sentido do cumprimento integral das fases preconizadas pelo Decreto-Lei n.º 3/2008, nomeadamente ao nível da referenciação, avaliação e consequente aplicação de medidas educativas essenciais ao progresso educativo dos alunos, rentabilizando-se os recursos humanos e materiais disponíveis no Agrupamento.

No âmbito da valorização sociocultural e oferta educativa

Actividades de Enriquecimento Curricular

Continuar e reforçar o acompanhamento e supervisão das AEC's de modo a garantir, com qualidade, as condições indispensáveis para a prossecução do verdadeiro espírito da escola a tempo inteiro.

Prolongamento de horário

Promover, conjuntamente com os diversos parceiros, as acções indispensáveis para a implementação do prolongamento de horário em todos os estabelecimentos de ensino, prosseguindo as iniciativas de apoio à família, e de acordo com as suas reais necessidades.

Acção social escolar

Garantir, numa visão humanizada, o cumprimento dos direitos dos alunos e famílias no âmbito da Acção Social Escolar, nomeadamente ao nível de transportes escolares, refeições e suplementos alimentares, livros, material escolar e na generalização do uso do computador e da Internet.

Entregar aos encarregados de educação dos alunos do 5.º ano um pequeno manual sobre os direitos, deveres e procedimentos a considerar no âmbito da ASE.

Centros de Recursos

Os Centros de Recursos desempenham um papel fundamental numa comunidade com escasso acesso a bens de cultura. Assim, torna-se necessário, por um lado, ampliar e actualizar os recursos tecnológicos, didácticos e culturais já existentes nas escolas do agrupamento e, por outro lado, propiciar-lhes a utilização dos existentes na escola sede.

Actividades de enriquecimento e complemento curricular

As escolas podem e devem desenvolver um papel importante na educação para a cidadania e na promoção e criação de condições de acesso à cultura, ao empreendedorismo e à inclusão social. Assim,

- Além de uma postura receptiva a novos desafios, deve ser dada continuidade às iniciativas integradas nos “Pontos de Encontro”, aos Projectos, Oficinas e Clubes já instalados e merecedores de reconhecimento, procurando alcançar uma maior acção formativa de qualidade e facilitadora da inclusão social de todos;
- Constatando-se que o enriquecimento da convivência faz descobrir a originalidade/criatividade de cada um, deve continuar a incentivar-se a participação de toda a comunidade escolar nesse sentido, tanto mais porque já se percebeu que essa atitude constitui um mecanismo promotor de identificação e vinculação dos alunos, agentes educativos e parceiros à escola. Por isso mesmo, deve manter-se a visibilidade das actividades realizadas no Natal, Carnaval e final do ano lectivo, assim como tornar os locais apropriados de cada escola em espaços de exposições permanentes e de cultura, procurando-se levar a cabo projectos de turma ou de ano que agreguem o lúdico e o pedagógico, estendendo-as o mais possível à comunidade local e estando-se, também, receptivo às suas ofertas e propostas;
- São deixados alguns desafios, dirigidos à comunidade educativa:
 - Coro do Agrupamento
 - Grupo de Flautas
 - Grupo de Teatro
 - Empreendedorismo – um novo passo em educação, uma atitude perante a vida:

**- Vocês sabem o que a escola pode fazer por vós. Agora pergunto-vos:
- O que é que vocês podem fazer pela escola?**

Vitor Figueiredo (18-06-2008) – Coordenador do PNEE (Projecto Nacional de Educação para o Empreendedorismo)

Associação de Estudantes

... "Acreditamos, sim, que é possível, entendendo todas as limitações a que estamos sujeitos, estabelecer uma relação de confiança com os órgãos de gestão de forma a, de uma forma conjunta, realizar e dinamizar actividades junto da comunidade educativa. Estamos certos que este é o caminho a seguir."
... "Agradecemos assim todos os esforços, todas as ajudas, porque todos juntos conseguimos fazer algo! Todos juntos podemos elevar a bandeira da nossa escola mais alto e deixar a nossa marca nesta, de uma forma positiva e construtiva. Porque somos cada tijolo desta escola!"

Extracto do Manifesto/Plano de Actividades 2008/09 da Lista vencedora da Associação de Estudantes da ES/2,3 da Sé

Manifesto: <http://blogs.ess.edu.pt/ae/files/2009/03/manifesto.pdf>

Blogue da AE da ES/2,3 da Sé: <http://blogs.ess.edu.pt/ae/>

Naturalmente, o repto lançado será bem acolhido pela generalidade da comunidade educativa, que também se revê como um tijolo dessa comunidade. Por isso, não deixará de ser deveras importante colaborar e incentivar a dinâmica da Associação de Estudantes (todas elas), para que se constitua uma mais valia na valorização sociocultural da comunidade educativa, um elo de ligação às famílias e à comunidade local, e um estímulo de oportunidades de convivência tolerante e saudável entre todos.

Ofertas curriculares diferenciadas

Cursos de Educação e Formação

Considera-se que deve ser dada continuidade à oferta do CEF Tipo 2 – Assistente/Empregado Comercial.

Cursos Profissionais

Além da continuidade da oferta do CP Nível 3 – Técnico de Instalações Eléctricas, considera-se muito pertinente a candidatura a outro curso profissional na área da Mecânica, já que existem instalações e equipamentos adequados na escola. Também, a oferta do CP Nível 3 – Técnico de Contabilidade será merecedora de apreciação cuidada.

Educação e Formação de Adultos

Conciliando o saber e a experiência de uma vasta equipa de docentes, que desde há muito tempo tem procurado dar resposta às necessidades educativas dos adultos, pretende-se diversificar e intensificar processos de formação que se revelem mais adequados ao perfil daqueles que nos procuram e em nós confiam para os orientar no seu processo de enriquecimento pessoal.

Cursos EFA

No que respeita à oferta formativa dos cursos nocturnos – Módulos Capitalizáveis, constata-se a sua pouca adesão e prevê-se mesmo a sua extinção. Como alternativa a este tipo de oferta, julga-se pertinente a promoção de cursos de Educação e Formação de Adultos, constituindo-se também mais uma possibilidade para o encaminhamento formativo de adultos por parte do Centro Novas Oportunidades da Escola.

Rentabilizar recursos humanos e físicos, impulsionando a criação de novas ofertas educativas e formativas para os adultos. Os Cursos EFA de nível básico e de nível secundário de educação, em horário pós-laboral, constituir-se-ão como um indispensável reforço da oferta formativa existente na Escola.

Centro Novas Oportunidades

Deverá procurar-se potenciar e desenvolver a actividade do Centro, no sentido de proporcionar aos adultos apoio na criação de um plano individual de educação e de formação, harmonizando conhecimentos e experiências de vida que conduzirão à organização de um percurso de formação ajustado às suas necessidades.

No âmbito da visibilidade do trabalho realizado

Apesar do acréscimo verificado no reconhecimento, também por parte da comunidade local, do trabalho realizado e no sentido da valorização sociocultural da escola, devemos continuar o esforço de dar visibilidade, tanto quanto pudermos, ao trabalho que desenvolvemos:

- Mantendo actualizados os vários sítios Internet ao dispor do Agrupamento, que devem divulgar as iniciativas e actividades significativas realizadas, os projectos e clubes existentes, descrevendo o trabalho que é efectuado e publicando o material produzido de interesse público;
- Utilizando o Jornal ESCOLA ABERTA, nas versões online e papel, como veículo de difusão da vida no Agrupamento e na Comunidade, devendo constituir-se, em todas as escolas, turmas, grupos disciplinares, departamentos, clubes, serviços, etc., colaboradores que terão a responsabilidade de informar, oportunamente, das actividades previstas e resultados obtidos, e das mais significativas também junto dos órgãos de comunicação social locais;
- Organizando palestras, debates, exposição de trabalhos, apresentação de actividades e outras iniciativas abertas à comunidade;
- Dirigindo convites a individualidades da comunidade para as cerimónias de entrega de prémios e certificados relativos aos Quadros de Excelência, Diplomas de Mérito e Diplomas de conclusão do Ensino Secundário;
- Participando e colaborando nas iniciativas locais e regionais de mostras de ofertas educativas;
- Garantindo a nossa cooperação com Centros de Investigação, Universidades e outras instituições na recolha de informação e dados estatísticos;
- Colaborando com a comunicação social e instituições da comunidade local.

Ainda, no sentido de alargar a visibilidade e promover a coesão do agrupamento de escolas, será de considerar:

- A criação de logótipo, uniformizando a sua utilização em todos os sectores do Agrupamento;
- A remodelação da página na Internet, sob o ponto de vista estético e funcional, exteriorizando uma nova imagem do Agrupamento;
- O aumento da quantidade de indumentárias próprias para o Desporto Escolar, visando incentivar o espírito de grupo e a coesão, nomeadamente nas deslocações dos grupos-equipa para o exterior, em representação da Escola.

No âmbito da participação da comunidade na vida da escola e da ligação entre elas

Incentivar a participação da comunidade na vida da escola, nomeadamente através da representação efectiva nos órgãos onde tem assento, criando melhores condições para que tal se verifique, e promover a realização de reuniões abertas sobre os assuntos de grande importância para ambas. Deverá igualmente ser incentivada a sua participação, de modo efectivo e pleno, em todos os eventos significativos que tenham lugar na escola, inclusivamente através da colaboração na sua organização.

Estar disponível para variadas solicitações da comunidade (cedência de instalações, conhecimento, recursos materiais e equipamentos, etc.), cativando-a, desta forma, ao estabelecimento de vínculos com a escola.

Promover contactos com ex-alunos da Escola no sentido da constituição de uma associação de antigos estudantes, que possa contribuir, também, para o efectivo estabelecimento de laços de colaboração com a Escola e a comunidade.

No âmbito da criação de parcerias

Manter a continuidade das parcerias e colaborações já existentes (Autarquia e Juntas de Freguesia, Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, Centro de Saúde, PSP e Escola Segura, Bombeiros Voluntários, CTOE, APPACDM, Estabelecimento Prisional Regional de Lamego, Centro Paroquial de Almacave, Centro de Emprego, Segurança Social, ...) e procurando criar outras, nomeadamente:

- Com Escolas Europeias, no âmbito do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida, da Agência Nacional;
- Com a OIKOS - Cooperação e Desenvolvimento (associação sem fins lucrativos, reconhecida em Portugal e internacionalmente como Organização Não Governamental para o Desenvolvimento, com o estatuto de Pessoa Colectiva de Utilidade Pública desde 1992; Sítio Internet: <http://www.oikos.pt/>);
- Com o sector empresarial, também no sentido da realização de estágios profissionais;
- Com a Santa Casa da Misericórdia de Lamego;
- Com a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego;
- Com a Escola de Hotelaria e Turismo de Lamego;
- Com a Empresa Lamego ConVida;
- Com o Museu de Lamego.

No âmbito da avaliação da escola

Apesar de se ter vindo a realizar processos de avaliação do trabalho desenvolvido e a promover a correspondente reflexão em toda a Comunidade Educativa, e que se deseja que sejam mantidos, propõe-se a introdução de novos itens que nos permitam, de forma mais segura, medir o nível de eficácia do nosso trabalho e clarificar quais as mudanças que devem ser efectuadas.

As metodologias de recolha de dados deverão ser projectadas de acordo com o tipo de temática. Técnicas como questionário ou a recolha de dados estatísticos serão adequados à recolha e tratamento de dados quantitativos. A entrevista, a observação, as escalas de atitudes, as actas das reuniões, os registos de ocorrências, as discussões de grupo permitirão recolher dados do tipo qualitativo.

Auto-avaliação dos resultados escolares

Os objectivos que têm vindo a ser definidos têm dado uma atenção adequada à aprendizagem e ao ensino, mostrando uma clara preocupação com a maximização dos resultados escolares e com o sucesso dos alunos, constituindo também um ponto de referência para a auto-avaliação da dinâmica escolar.

Contudo, no âmbito estratégico da continuidade na melhoria dos resultados escolares e pretendendo, também, induzir práticas para a melhoria da consistência dos processos de avaliação das aprendizagens dos alunos, é proposta:

- A definição de critérios de avaliação, após análise e negociação, para as modalidades de avaliação diagnóstica e formativa, generalizando a primeira modalidade no início de cada ano lectivo e tornando a segunda mais presente;
- A elaboração de planos de desenvolvimento para os alunos que revelem capacidades excepcionais de aprendizagem em determinadas áreas curriculares ou áreas do saber;
- A implementação, em sede de Conselho Pedagógico, de procedimentos regulares de monitorização do processo de avaliação com o intuito de assegurar o cumprimento do currículo nacional;
- A análise dos resultados dos alunos obtidos nas provas de aferição;
- A análise comparativa entre os resultados obtidos pelos alunos do 3.º ciclo e do ensino secundário na avaliação sumativa interna e na sumativa externa (exames nacionais), por turma;
- A análise dos processos de avaliação das aprendizagens dos alunos (definição e operacionalização dos critérios de avaliação);
- A apreciação dos procedimentos desencadeados para diagnosticar insuficiências e dificuldades ao nível das aprendizagens;
- A análise da adequação das estratégias implementadas para (re)orientar o processo educativo.

Efectividade da auto-avaliação na melhoria do desempenho global

A prática de avaliação interna instalada, que tem vindo a ser desenvolvida através de mecanismos de auto-regulação, tem permitido melhorar projectos e resultados em áreas relevantes (processo de ensino-aprendizagem, resultados escolares, atitudes e comportamentos) e tem, também, dado evidências da preocupação com a qualidade do processo educativo e dos serviços prestados aos parceiros em geral.

Apesar da aposta em práticas internas de avaliação com carácter contínuo, sistemático e alargado, essa aposta, por variadas razões, não tem sido totalmente conseguida e ainda são passíveis de melhoria alguns dos seus aspectos, pelo que se propõe:

- Melhorar o acompanhamento e supervisão do desempenho dos docentes e não docentes, através de recolha sistemática de opiniões das partes interessadas;
- Formular padrões de qualidade claros e amplamente consensuais que permitam assegurar, de um modo mais consistente, um desempenho de elevada qualidade;
- Impulsionar maior sustentabilidade à equipa de avaliação interna, em ordem à promoção de maior eficácia e eficiência nos processos de avaliação interna, devendo ela:
 - Congregar as várias formas de auto-avaliação instituídas, promovendo a articulação e o conhecimento das opiniões dos interessados;
 - Avaliar as medidas implementadas e desenvolver uma metodologia regular e sistemática de recolha de dados de modo a atenuar discontinuidades;
 - Programar a auto-avaliação em ordem à monitorização da eficácia do desempenho global e à divulgação atempada da auto-avaliação efectuada.

Observatório de Qualidade

Reorganizar a equipa do Observatório de Qualidade face à nova realidade de agrupamento e dinamizar o seu funcionamento para que, em colaboração ou em complementaridade com a equipa de avaliação interna e depois da selecção/reformulação de indicadores de qualidade considerados factores de coesão, estratégicos para o bom desempenho do agrupamento, seja possível avaliar de forma sistemática e contínua o desempenho dos vários agentes participantes da comunidade escolar.

No âmbito da autonomia

A Autonomia não se oferece – conquista-se, por isso é necessário dar passos nesse sentido.

Desse modo e através de um processo partilhado e participado por todos os membros da comunidade educativa, aproveitando todas as aberturas que a legislação em vigor permitam, devemos trabalhar na procura de uma “cultura de participação” como um processo colectivo, onde existam lideranças intermédias e de topo fortes e com capacidade de negociação. Continuando e melhorando os processos de auto-avaliação e estimulando os projectos que constituem “mais valias”, estaremos em condições de proporcionar um ensino de qualidade aos nossos alunos e estaremos a caminhar, num processo gradual e responsável, para a construção de uma escola mais autónoma.

No âmbito da organização e funcionamento

Agilização de procedimentos funcionais e administrativos

Prosseguir na agilização dos procedimentos funcionais e administrativos do Conselho Pedagógico, de modo a permitir um maior aproveitamento do tempo disponível para a análise, debate e decisão dos grandes temas e documentos orientadores da vida da escola e incentivar a existência de grupos de trabalho no seu seio visando a abordagem e tratamento de assuntos e documentos específicos.

Promover a articulação interdepartamental no sentido de proporcionar o acesso em tempo útil de toda a informação e documentação relativa aos assuntos em discussão no Conselho Pedagógico.

A promoção desta articulação e agilização de procedimentos deverá ser igualmente estendida a outros órgãos e serviços, considerando as mais valias que se esperam das medidas decorrentes do Plano Tecnológico da Educação.

Permutas e substituições

Promover e incentivar os sistemas de permutas e substituições dos professores, proporcionando a plena leccionação dos conteúdos programáticos e contribuindo deste modo para o sucesso académico dos alunos, assim como concorrendo para a redução da CNL afecta às Aulas de Substituição e Acompanhamento de Alunos, cuja poupança poderá ser utilizada em outras actividades de maior valor acrescentado.

Serviços Administrativos e Pessoal Auxiliar

A valorização dos recursos humanos passa necessariamente pelo reconhecimento do mérito individual, pelas oportunidades de aperfeiçoamento profissional e pelo estímulo à participação activa e responsável na satisfação do bem comum, por forma a aumentar a eficiência e qualidade dos serviços do Estado aos cidadãos.

Assim, há que:

Serviços Administrativos

- Prosseguir no sentido da actualização informática dos serviços, de forma a agilizar procedimentos e proporcionar maior eficácia;
- Promover o estabelecimento de planos de formação profissional adequados às exigências de uma administração dinâmica e qualificada.

Pessoal Auxiliar de Acção Educativa

- Prosseguir no estímulo para uma actuação interventiva do pessoal auxiliar, para que este continue a assumir um papel dinâmico, formativo na sua acção educativa e contribua para a eficiência, eficácia e qualidade dos serviços prestados;
- Proceder a reajustamentos dos horários de trabalho de forma a proporcionar maior acompanhamento e supervisão dos alunos no período de almoço, dentro das instalações escolares e nos espaços exteriores;
- Melhorar a repartição do tempo destinado ao desempenho das diversas tarefas que lhe estão cometidas, no intuito de proporcionar momentos mais frequentes para intervenções de higiene e limpeza dos espaços escolares;
- Promover o estabelecimento de planos de formação profissional adequados às polivalências que lhe estão cometidas (Relações Humanas, Resolução de Conflitos, Socorrismo, Higiene e Segurança no Trabalho, Detecção de sinais de negligência e de consumo de álcool, ...).

Serviços de apoio

Relativamente aos serviços de apoio disponíveis nas várias escolas do agrupamento e no respeito pela regulamentação prevista no Regulamento Interno, deverá implementar-se medidas que contribuam para uma oferta cada vez de melhor qualidade, prestada com profissionalismo e eficiência.

Deverá prosseguir-se numa regulamentação mais abrangente do Manual de Procedimentos que, sendo orientador de toda a actividade a desenvolver pelos funcionários, torne mais eficientes os procedimentos e sistemas de controlo interno.

Serviço de Psicologia e Orientação

Em relação ao Serviço de Psicologia e Orientação, enquanto não houver psicólogo(s) colocado(s) no serviço, é de continuar a estabelecer os já habituais acordos de colaboração e a aceitar as ofertas que, generosamente, nos têm sido oferecidas. Para reforço deste serviço, deverá equacionar-se também a possibilidade de contratação de um psicólogo, a tempo parcial, com encargos a suportar pelas verbas de receitas próprias do orçamento.

No âmbito dos espaços, instalações, bem-estar, saúde e segurança

Insuficiência de instalações

A inclusão do 2.º ciclo na escola sede do agrupamento, a criação do Centro Novas Oportunidades e a necessidade do desenvolvimento curricular das disciplinas de Ciências Naturais, Biologia e Geologia, Física e Química e Física e Química A em regime de desdobramento, cumulativamente com o número de turmas em regime diurno, acarretaram a ultrapassagem da capacidade adequada de acolhimento das instalações da escola no presente ano lectivo.

Apesar das promessas transmitidos durante o ano lectivo 2007/08 e das diligências então havidas, no sentido de disponibilizar mais salas de aula (incluindo uma sala específica de Educação Musical) e espaços para a instalação do Centro Novas Oportunidades, verifica-se que essa carência não foi ainda satisfeita. Por isso, é indispensável continuar a renovar essas preocupações e solicitações à Direcção Regional de Educação do Norte.

Relativamente ao subaproveitamento da Oficina de Mecanotecnica e respectivos equipamentos, deverá prosseguir-se com ideia de tentar promover um curso profissional da área da Mecânica, corroborada pelo Sr. Eng. Manuel Oliveira, Director Regional Adjunto da DREN, e à qual deixou a possibilidade de apoio técnico e supervisão por parte dessa direcção regional, aquando da sua visita à escola em Agosto de 2008.

Melhoria dos espaços, instalações e equipamentos

Melhorar os espaços exteriores, providenciando o arranjo das calçadas, zonas verdes e equipamentos, no sentido de proporcionar melhor espaço de lazer e bem-estar a todos os utentes.

Efectuar pequenas reparações no Pavilhão Desportivo, enquanto não for possível uma intervenção mais profunda, e substituir equipamentos danificados ou não aprovados.

Prosseguir a pintura das salas de aula, de outros espaços mais degradados e reparar ou substituir estores e cortinados em mau estado. Adquirir mobiliário e outro equipamento, para suprir necessidades e substituir o deteriorado.

Aderir a outros eventuais Programas de Apoio à Iniciativa das Escolas para a pintura das paredes exteriores das suas instalações e pequenas reparações.

Prosseguir, anualmente, com a política de aquisição de equipamento e material didáctico de interesse dos diferentes grupos disciplinares.

Promover iniciativas no mesmo sentido junto da Autarquia relativamente aos restantes estabelecimentos de ensino, enquanto não entrarem em funcionamento os Centros Escolares.

Segurança

Incentivar e reforçar o controlo dos acessos aos vários estabelecimentos com vista a um aumento da segurança da Comunidade Educativa, estabelecendo sistemas funcionais de controlo dos visitantes, reforçando o número de funcionários na portaria durante os períodos de maior intensidade de circulação e aumentando o controlo dos cartões de estudante. Aumentar o acompanhamento e supervisão dos alunos no período de almoço, dentro das instalações escolares e nos espaços exteriores.

Promover uma participação mais alargada (elementos de diferentes estabelecimentos do agrupamento) no Clube de Protecção Civil para garantir uma maior dinâmica e abrangência no âmbito da Segurança Escolar.

Concluir as actualizações/rectificações a efectuar nos Planos de Emergência e Evacuação propostas pelo Clube de Protecção Civil, para que a curto prazo se iniciem acções de esclarecimento sobre os mesmos e, seguidamente, com a colaboração da Protecção Civil Municipal, Bombeiros Voluntários e PSP, se possam testar esses mesmos planos e levar a cabo as indispensáveis simulações de evacuação.

Promover acções de formação no âmbito da prevenção de incêndios na cozinha e laboratórios, do manuseamento de extintores e manta anti-fogo.

Levar a cabo as alterações ou modificações nas instalações de gás, por entidade oficialmente credenciada, decorrentes das recomendações ou imposições legais a enviar à escola no seguimento da inspecção já realizada.

Segurança alimentar

Incrementar a qualidade do trabalho efectuado até ao momento, no sentido de proporcionar uma alimentação saudável e apetecível no refeitório e no bar, continuando a optar por alimentos e formas de os confeccionar adequadas e correctas.

Concretizar acções de formação para o pessoal do refeitório e do bar e implementar o Sistema Preventivo de Controlo de Segurança Alimentar – HACCP, com o objectivo de dar resposta às exigências de Higiene e Segurança Alimentar, dando cumprimento à legislação portuguesa e europeia em vigor.

Colaborar com a autarquia e os serviços de saúde e segurança alimentar nestas iniciativas nas restantes escolas do agrupamento.

Saúde

No sentido de dar continuidade a uma iniciativa da escola, em colaboração com o Centro de Saúde de Lamego e a Sr.^a Dr.^a Filomena Viegas, que tem sido, desde já alguns anos, uma mais-valia, foi, no presente ano lectivo, redimensionado o papel do Gabinete de Saúde, através de uma dinâmica mais diversificada de intervenção junto da comunidade educativa. Aí se incluiu a iniciativa de encaminhar/acompanhar, por uma profissional especializada na área da saúde, alunos que vivenciem situações de debilidade física, psicológica, familiar e social, dando resposta, a curto prazo, a todas as ocorrências detectadas por professores, pessoal não docente, pais, encarregados de educação ou alunos.

Foi convidada para integrar este gabinete a Sr.^a Dr.^a Sónia Martins Exposto, cirurgiã do Hospital de Lamego, que acedendo prontamente a esse desafio, em regime de voluntariado, tem vindo a desenvolver uma acção de triagem de diferentes problemas, prescrevendo exames, contactando médicos de família em casos mais complexos ou encaminhando para técnicos de outras especialidades.

Uma das necessidades sentidas prende-se com a inexistência de profissionais da pedopsiquiatria e de serviço social, pelo que se deverá encetar esforços no sentido de protocolar a colaboração destes técnicos.

Educação para a Saúde

A saúde é um conceito positivo, um recurso quotidiano que implica “um estado completo de bem-estar físico, social e mental e não apenas a ausência de doença e/ou enfermidade” (OMS, 1993). Dentro desta perspectiva, a Educação para a Saúde deve ter como finalidade a preservação da saúde individual e colectiva. Em contexto escolar, Educar para a Saúde consiste em dotar as crianças e os jovens de conhecimentos, atitudes e valores que os ajudem a fazer opções e a tomar decisões adequadas à sua saúde e ao tal bem-estar físico, social e mental. A ausência de informação incapacita e/ou dificulta a tomada de decisão. Daí, a importância da abordagem da Educação para a Saúde em meio escolar.

No sentido de uma maior promoção desta finalidade, foi criado, no presente ano lectivo, um espaço de coordenação que, em iniciativa denominada Projecto Educação para a Saúde, tem procurado colaboração, promover e organizar

várias actividades conexas com a Promoção e Educação para a Saúde, no âmbito dos temas considerados prioritários: Alimentação e actividade física; Consumo de substâncias psico activas; Sexualidade; Infecções sexualmente transmissíveis, designadamente VIH-Sida e Violência em meio escolar.

No intuito de servir de suporte (in)formativo e de instrumento de intervenção activa junto da população juvenil na prevenção de distúrbios alimentares como, também, de apoio a comportamentos de perigo e condutas que impedem a integração social saudável do indivíduo, foi criado, por iniciativa de alunos do 10.º ano, o Blogue *Escola Saudável* (<http://blogs.ess.edu.pt/escolasaudavel/>).

Nesta matéria, deverá promover-se uma participação mais alargada da comunidade educativa no Projecto Educação para a Saúde, na dinamização do Blogue *Escola Saudável* e procurar-se colaborações com instituições e individualidades locais para a dinamização de acções de formação/informação e realização de palestras, levando estas iniciativas a todas as escolas do agrupamento.

No âmbito da renovação tecnológica

Promover e dinamizar uma renovação tecnológica significativa no intuito de recolher ao máximo as suas mais valias, aproveitando as medidas previstas no Plano Tecnológico da Educação em curso no país. As medidas a implementar visam a melhoria das condições de trabalho dos professores, alunos, funcionários administrativos e auxiliares, consequentemente, dos serviços da escola e da qualidade do ensino e da aprendizagem.

A instalação de nova rede informática, equipamentos de natureza pedagógica e, numa fase posterior, de um sistema de controlo de acessos, pontos de venda e carregamentos e quiosques de disponibilização de informação, justificará o apetrechamento, também com o contributo da própria Escola e dos seus recursos financeiros, do maior número de salas de aula e gabinetes, no sentido de oferecer a maior disponibilidade possível de acesso aos recursos existentes na rede, agilizar procedimentos burocráticos e administrativos e iniciar uma viragem decisiva no ensinar e aprender, preparando as crianças e jovens para a sociedade do conhecimento. Impõe-se, ainda, retirar desta mais valia uma oportunidade de criação de espaços físicos e temporais virtuais, diferidos ou não, para o desenvolvimento de trabalho colaborativo que, por isso, se ajustarão melhor aos horários de trabalho dos docentes.

No âmbito desta renovação tecnológica está ainda prevista a criação de um “e-mail oficial” para cada docente, no intuito da facilitação da circulação de informação e da burocracia.

Ora, esta renovação tecnológica imporá, certamente, necessidades acrescidas de formação dos docentes e não docentes no âmbito das TIC e dos audiovisuais. Através de questionário a elaborar pelo Coordenador TIC, serão recolhidas informações sobre essas necessidades de formação e será organizado um Plano de Formação, a articular com o CEFP-LART, com vista a supri-las e, posteriormente, em todas as outras áreas que venham a ser referenciadas.

Programação das actividades a realizar

Muitas das estratégias apontadas devem ser aplicadas continuamente ao longo dos quatro anos de desenvolvimento do projecto de intervenção. Por outro lado, as acções e actividades que possam dar concretização a grande parte destas, envolvem a intervenção e competências de vários actores, principalmente, diferentes órgãos e estruturas de orientação educativa, pessoal docente e não docente. Assim, a actuação a desenvolver nesse âmbito durante os próximos quatro anos deverá concretizar-se a partir de Planos de Actividades anuais, que possam materializar essas intenções, e que deverão ter em conta os sucessivos estádios de desenvolvimento alcançados, se for o caso.

Outras há que, pela sua urgência ou precedência, independência de acção ou menor complexidade de implementação, merecem uma programação distinta para as suas actividades e acções:

Definir estratégias para que as Actividades de Substituição contribuam para melhorar os hábitos de trabalho e sucesso dos alunos.	
Aprofundar a reflexão sobre o papel das Áreas Curriculares não Disciplinares e formas de organização, promovendo a interdisciplinaridade.	
Dinamização dos pais para que colaborem na Página (ou Blogue) da Turma, devendo ser criado um espaço para comentários/sugestões.	
Incentivo dos pais à criação de uma Associação de Pais e Encarregados de Educação, oferecendo ajuda nessa tarefa.	
Proceder à elaboração do manual sobre os direitos, deveres e procedimentos a considerar no âmbito da ASE.	
Criar condições para propiciar às escolas do agrupamento a utilização dos materiais e equipamentos existentes no Centro de Recursos da escola sede.	
Criar condições para a oferta de curso profissional na área da Mecânica, com o apoio técnico e supervisão da DREN.	
Oferta de cursos EFA de nível básico e de nível secundário de educação, em horário pós-laboral.	
Criação de logótipo, uniformizando a sua utilização em todos os sectores do Agrupamento.	
Remodelação da página na Internet, sob o ponto de vista estético e funcional, exteriorizando uma nova imagem do Agrupamento.	
Dotar indumentárias próprias e suficientes para as actividades do Desporto Escolar em representação da Escola.	
Promover contactos com ex-alunos da Escola no sentido da constituição de uma associação de antigos estudantes.	
Promover a elaboração de planos de desenvolvimento.	
Promover, em sede de Conselho Pedagógico, o estabelecimento de procedimentos regulares de monitorização do processo de avaliação com o intuito de assegurar o cumprimento do currículo nacional.	

Reorganizar a equipa do Observatório de Qualidade face à nova realidade de agrupamento e promover a selecção/reformulação de indicadores de qualidade considerados factores de coesão, estratégicos para o bom desempenho do agrupamento.	
Promover e incentivar sistemas generalizados de permutas e substituições dos professores e utilizar a poupança de CNL em actividades de maior valor acrescentado.	
Proceder a reajustamentos dos horários de trabalho do PAEE de forma a proporcionar maior acompanhamento e supervisão dos alunos no período de almoço, dentro das instalações escolares e nos espaços exteriores.	
Melhorar a repartição do tempo destinado ao desempenho das diversas tarefas que estão cometidas ao PAEE, no intuito de proporcionar momentos mais frequentes para intervenções de higiene e limpeza dos espaços escolares.	
Proceder a regulamentação mais abrangente do Manual de Procedimentos que, sendo orientador de toda a actividade a desenvolver pelos funcionários, torne mais eficientes os procedimentos e sistemas de controlo interno.	
Se outras diligências não forem suficientes para o reforço do SPO, equacionar também a possibilidade de contratação de um psicólogo, a tempo parcial, com encargos a suportar pelas verbas de receitas próprias do orçamento.	
Colaborar com a DREN no sentido de encontrar soluções para a insuficiência de instalações e salas específicas.	
Solucionar o problema de renovação de ar nos balneários.	
Melhorar os espaços exteriores, providenciando o arranjo das calçadas, zonas verdes e equipamentos.	
Concluir a pintura das salas de aula, de outros espaços mais degradados e reparar ou substituir estores e cortinados em mau estado.	
Alcançar uma participação mais alargada (elementos de diferentes estabelecimentos do agrupamento) no Clube de Protecção Civil.	
Concluir as actualizações/rectificações a efectuar nos Planos de Emergência e Evacuação propostas pelo Clube de Protecção Civil.	
Testar os Planos de Emergência e Evacuação, com a colaboração da Protecção Civil Municipal, Bombeiros Voluntários e PSP.	
Promover acções de formação no âmbito da prevenção de incêndios na cozinha e laboratórios, do manuseamento de extintores e manta anti-fogo.	
Levar a cabo as alterações ou modificações nas instalações de gás, por entidade oficialmente credenciada, decorrentes das recomendações ou imposições legais a enviar à escola no seguimento da inspecção já realizada.	
Concretizar as primeiras acções de formação para o pessoal do refeitório e do bar no sentido de uma implementação mais substancial do Sistema Preventivo de Controlo de Segurança Alimentar – HACCP.	
Promover iniciativas no âmbito das TIC que escorem espaços físicos e temporais virtuais, diferidos ou não, para o desenvolvimento de trabalho colaborativo dos docentes.	
Elaborar um Plano de Formação para docentes e não docentes no sentido de suprir as necessidades acrescidas decorrentes da renovação tecnológica da escola.	
Implementar o Plano de Formação para docentes e não docentes no sentido de suprir as necessidades acrescidas decorrentes da renovação tecnológica da escola.	

Regressando a concepções já enunciadas no início do documento, nomeadamente, que, para o sucesso da missão de serviço público confiada à escola, a sua governação deve organizar-se partindo da sua experiência, do trabalho relevante já realizado e assumir carácter de compromisso com todos os que mantêm um interesse legítimo na actividade e na vida da escola, procurando implicá-los de forma activa na concretização dessa missão, não deixará de ser pertinente recordar, ainda que sumariamente, alguns aspectos dessa experiência e trabalho mais recente.

Apesar de várias contrariedades ocorridas nos últimos anos no âmbito da educação (agudizadas por um significativo número de alterações legislativas de alguma complexidade); das mudanças organizativas da rede no concelho de Lamego, com os conseqüentes acrescidos trabalhos de organização e de criação de regulamentos para a instalação do Agrupamento, dificultados também por uma realidade que nos era mutuamente pouco conhecida, conseguimos, esta comunidade educativa e parceiros em conjunto, aproveitar como oportunidades as medidas de reflexos positivos para a aprendizagem, ensino e apoio às famílias, tentando ultrapassar as dificuldades que nos foram surgindo, pautando a nossa postura na defesa dos reais interesses educacionais, e apenas nesses.

Assim, conseguimos aproximar-nos de algumas das metas finais traçadas no Projecto Educativo, ultrapassando mesmo algumas delas, divulgámos melhor as nossas ofertas educativas, actividades de enriquecimento curricular, clima de escola, actividades culturais e resultados escolares, ganhámos maior reconhecimento por parte da comunidade local, das famílias e dos alunos, que nos passaram a procurar em maior número, nomeadamente, neste ano lectivo, onde um número muito significativo de alunos de outras escolas (EB2,3 de Lamego e EB2,3 de Armamar) estão matriculados no 10.º ano e a EB1 de Lamego n.º 2 permanece a funcionar praticamente a 100% da sua capacidade.

Sim, devemos estar animados. Mas, não esqueçamos que foi apenas mais uma etapa, não o final da caminhada. Essa tem de continuar, perseguindo metas ainda mais exigentes, com o mesmo espírito de incumbência, partilhada e comungada por todos, numa atitude de imparcialidade, isenção e receptividade ao diálogo e ao "estabelecimento de pontes" com os mais variados intervenientes e parceiros sociais da comunidade local com interesses legítimos na vida da escola, independentemente da sua posição político-partidária e credo, mas repudiando os interesses ilegítimos, particulares e despropositados, com vista à prossecução do interesse público e da nobre missão da escola.

É, também, na defesa dos reais interesses educacionais, e apenas nesses, que tenho pautado a minha postura ao longo de toda a carreira profissional e, muito concretamente, durante estes últimos quatro anos com mandato no órgão de gestão desta Escola/Agrupamento.

É, também, com vista à prossecução do interesse público e da nobre missão da escola que, com este projecto de intervenção, assumo o meu dever e mostro disponibilidade, oferecendo um "rosto" a esta nossa "carpintaria", que todos nós aspiramos produza cada vez mais "móveis de excelente qualidade".

Lamego, 8 de Junho de 2009

(António Manuel Marques do Amaral)